

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório dos Auditores Independentes

- Relatório da Administração
- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
- Parecer do Conselho Fiscal

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Aos Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

Mensagem do Diretor Presidente

Em 2018, a VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. completou 9 anos de constituição e de responsabilidade na administração e operação de 680,6 km de rodovias no estado da Bahia.

Considerando a precária condição econômica do país nos últimos anos, que produziu grande retrocesso das atividades de consumo e, conseqüentemente, no volume de tráfego das rodovias em todo o país, obtivemos em 2018, mesmo volume de tráfego apresentado em 2017. Além disso, reportamos um crescimento de 12,8% na nossa arrecadação, por conta de novos investimentos incorporados ao projeto e, conseqüentemente, reajuste positivo na tarifa de pedágio.

Outro dado de grande importância, foi de redução de acidentes com vítimas fatais, com retração de 14,4% nos últimos três anos, mostrando que nossas iniciativas de atendimento aos usuários e de atuação nas rodovias, como a implantação de novos elementos de proteção e segurança, trazem resultados vitais ao sistema rodoviário.

Concentramos esforços das equipes no trabalho para a Revisão Quinquenal, junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A expectativa é a de que tenhamos o processo de revisão concluído em 2019.

A Revisão Quinquenal é um mecanismo previsto contratualmente com a intenção de adequar o contrato e seu plano de investimentos às atuais necessidades das rodovias, com foco na fluidez de tráfego, conforto e segurança dos usuários e comunidades que atravessa.

Com a aprovação da Revisão, faremos novas e importantes obras de infraestrutura, que atendam as reais características do sistema rodoviário, minimizam os impactos da instabilidade que o país atravessou nos últimos anos, integram as rodovias com as comunidades e ajustam aos padrões internacionais de gestão.

Para 2019, verificam-se fortes indicadores de recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a retomada da produção industrial, o reaquecimento dos índices ligados a atividade comercial, a reaproximação da taxa de inflação a sua meta, o anúncio de revisão da própria meta de inflação de 4,5% a.a. para 4,0% a.a. nos próximos dois anos e o índice Ibovespa retornando a patamares pré-crise financeira de 2008. Entretanto, continua reduzida a oferta de crédito para projetos de infraestrutura.

O crescimento da confiança dos investidores, conjuntamente com as mudanças e ajustes necessários na política econômica e fiscal do país trarão, certamente, maior competitividade no programa de concessões de infraestrutura, quer pela entrada de novos *players*, quer por uma precificação mais otimista do risco Brasil.

O ano de 2018 também foi o ano da Responsabilidade Socioambiental na VIABAHIA. Diversos projetos e programas foram iniciados ou ampliados. Destaque para o Projeto Saúde no Trecho, que tem por objetivo percorrer 26 municípios baianos por onde passam as rodovias administradas pela concessionária, levando atenção básica de saúde e outros serviços, em parceria com a VITALMED e prefeituras locais. Mais de 1.650 pessoas foram beneficiadas e a expectativa é ainda mais otimista para o próximo ano.

Dentre os destaques de 2018, podemos citar:

- O total investido nas rodovias até 2018 foi R\$ 1.792 milhões, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e correntes, terraplenos, estruturas de contenção, canteiros centrais e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e obras de duplicação na rodovia;

- Em dezembro, iniciaram as obras para finalização da duplicação obrigatória na rodovia BR-116, entre o município de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242;
- Programa Ser Voluntário totalizou mais de 572 horas de jornada desde a sua criação, com a realização de trabalhos voluntários em comunidades dentro do complexo viário administrado pela VIABAHIA.

Por fim, agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, poder público e acionistas, pela confiança e busca pelos resultados, por uma gestão cada vez mais eficiente e de qualidade para que, cada vez mais, proporcione segurança nas rodovias sob nossa responsabilidade.

Jose Pedro Guerreiro Bartolomeu

Diretor Presidente

Apresentação

A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio RODOBAHIA ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Como sociedade de propósito específico (SPE), a VIABAHIA tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de Início do Trecho Concedido	Referência de Fim do Trecho Concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

Em 2015, iniciaram-se as negociações entre o Grupo Isolux Corsán, acionista majoritária da Companhia à época, e a PSP Investments, um dos maiores fundos de pensão do Canadá, pela aquisição do braço responsável pelo desenvolvimento e gestão de projetos de concessão rodoviária com presença geográfica em 5 países, ao qual a VIABAHIA pertencia. No mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram formalmente a transferência do controle acionário indireto na Companhia, fazendo com que os 80,8% pertencentes à Isolux fossem transferidas para o controle da PSP. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da ROADIS Transportation, veículo da PSP Investments para investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária.

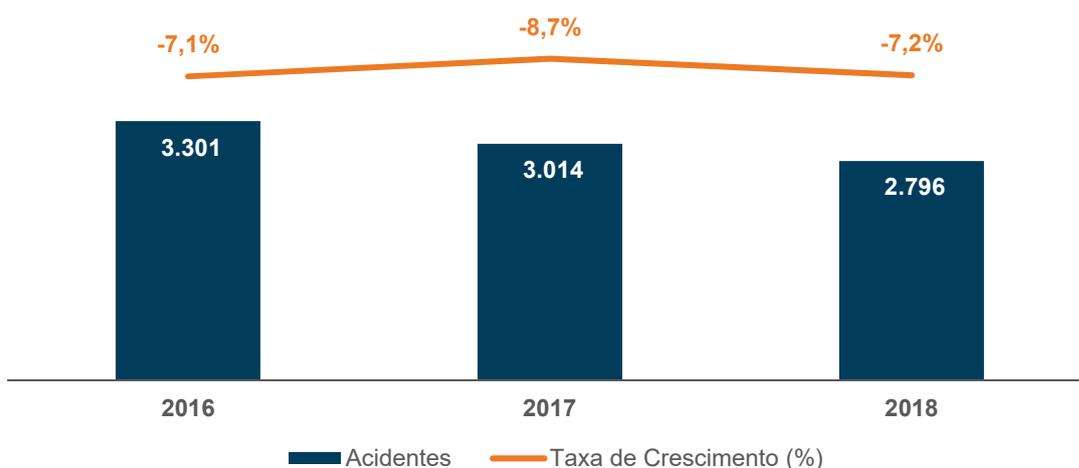
Atualmente, a PSP Investments é a única acionista da ROADIS Transportation, que por sua vez detém 94,7% do capital social da VIABAHIA.

Destaques 2018

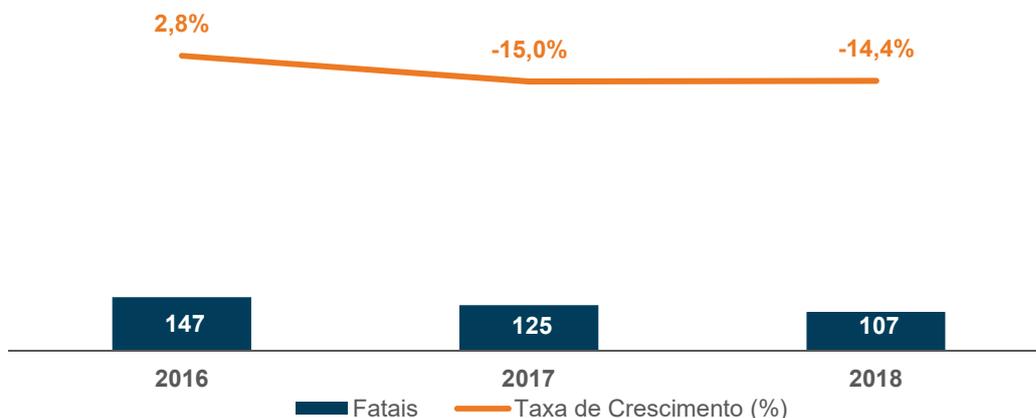
Atendimentos ao Usuário

Ao longo dos trechos concessionados, existem quinze (15) bases de Serviço de Atendimento ao Usuários (SAUs), equipadas com banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, de onde o usuário pode solicitar atendimento médico e mecânico de emergência havendo necessidade. Nosso time de operações permanece disponível 24 horas por dia para prestar todo tipo de apoio operacional que o usuário venha a necessitar, contando com a mais completa lista de equipamentos, que contam com guinchos leves, guinchos pesados, unidades de atendimento pré-hospitalar, unidades de apoio paramédico, caminhões de combate a incêndio, veículos especiais para captura que prestam apoio na remoção de animais ao longo de toda a rodovia.

Evolução Número de Acidentes por Ano



Evolução Número de Acidentes Fatais por Ano



Em 2018, registrou-se uma redução de 7,2% no número de acidentes em relação a 2017, e uma redução 15,3% face a 2016, sendo que em se tratando de acidentes com vítimas fatais verificou-se redução de 14,4%. Além disso, houve uma redução de 2,7% em 2018 no número de atendimentos realizados, totalizando 79.441. A VIABAHIA está profundamente comprometida com a preservação da vida do usuário e dos habitantes das comunidades que compõem o seu sistema rodoviário. Estamos constantemente investindo em treinamento, reciclagem e aprimoramento das equipes operacionais, promovendo campanhas de conscientização de motoristas e em infraestrutura diretamente ligadas à segurança de todos, como passarelas, melhorias e manutenção de sinalização vertical e horizontal. Para os próximos anos, nosso foco será concentrado em investimentos de tecnologia, como reposição das câmeras do circuito fechado de televisão (CFTV) por outras de

maior resolução e, conseqüentemente, maior alcance. Instalação de fibra ótica ao longo da rodovia e construção dos postos de pesagem fixa (PPFs), garantindo maior segurança e satisfação de todos.

Certificações

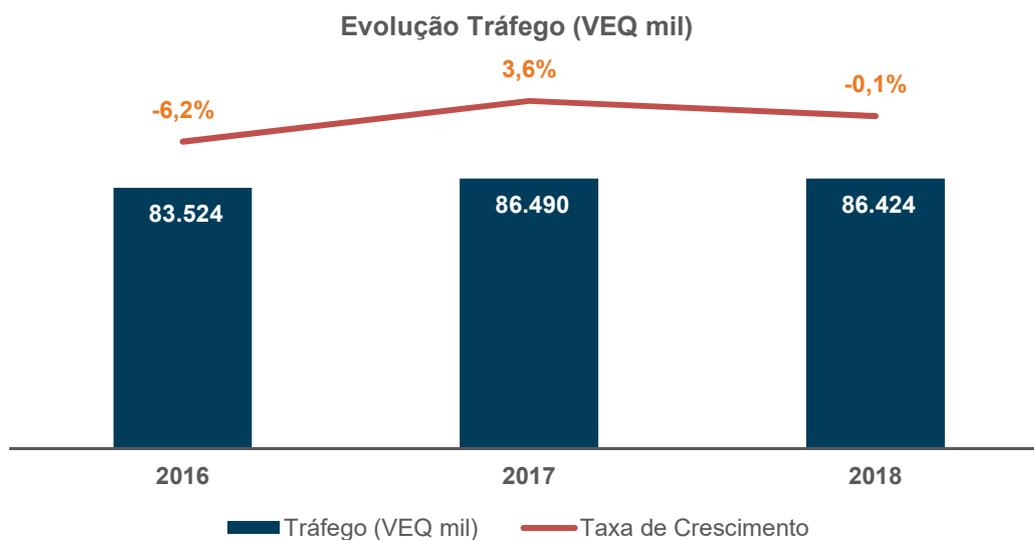
A companhia possui certificação das normas ISO 9001 e ISO 14001, que foram renovadas em 2017 por empresas de auditoria externa. A certificação reforça o compromisso que a VIABAHIA tem em melhorar continuamente seus processos conforme exigências das normas, como melhorar suas ferramentas e métodos de gestão, atendendo as diretrizes de sua Política de Qualidade e Meio Ambiente.

A Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI) com o objetivo de garantir a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto que atendam aos interesses das partes relacionadas.

Tráfego e Arrecadação

Em 2018, o tráfego se manteve dentro do esperado. O fluxo de caminhões das categorias 7, 8 e 9, no transporte de grãos, vindos da região do Oeste baiana, vem se destacado desde 2016. Além disso, há aumento da produção agrícola no estado da Bahia, impulsionando o tráfego em nosso sistema rodoviário. Apesar do alto impacto que a greve dos caminhoneiros causou ao tráfego nas nossas rodovias, as categorias citadas anteriormente contribuíram bastante para que os impactos da greve fossem gradativamente recuperados ao longo do ano.

Para 2019, acreditamos que o volume de tráfego poderá sofrer impactos positivos, decorrentes da maior movimentação do porto de Salvador após ampliação da sua capacidade.



A arrecadação em 2018 foi de R\$ 346,0 milhões, sendo 12,8% de aumento ante 2017.



Estratégia e Gestão

Governança Corporativa

Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

A diretoria executiva de uma empresa é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar os atos necessários à administração e à condução dos negócios sociais da Companhia, quais sejam indicados por lei ou pelo Estatuto Social. Nossa diretoria é composta por dois membros eleitos pelo Conselho de Administração. Este último, por sua vez, é composto por 7 membros eleitos não remunerados, destituíveis através de Assembleia Geral. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de até 2 anos, com possibilidade de reeleição.

DIRETORIA EXECUTIVA			
Nome	Atribuições	Data de Eleição	Prazo
José Pedro Guerreiro Bartolomeu	Diretor Presidente Diretor Administrativo Financeiro Diretor de Relação com Investidores	02/02/2018	2 anos
Hederverton Andrade Santos	Diretor Institucional Diretor de Desenvolvimento de Negócios	28/04/2017	2 anos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Nome	Cargo	Data de Eleição	Prazo
José Pedro Guerreiro Bartolomeu	Presidente do Conselho de Administração	19/02/2018	2 anos
Eduard Soler Babot (i)	Membro de Conselho de Administração	08/08/2016	2 anos
Javier Alvarez Laorga (i)	Membro de Conselho de Administração	08/08/2016	2 anos
José Antonio Labarra Blanco	Membro de Conselho de Administração	28/04/2017	2 anos
Hederverton Andrade Santos	Membro de Conselho de Administração	28/04/2017	2 anos
Maria Esther Ayuso Gil	Membro de Conselho de Administração	19/02/2018	2 anos
Ana Lorente García-Barbón	Membro de Conselho de Administração	19/02/2018	2 anos

- (i) De acordo com o artigo 150, § 4º da Lei. Nº 6.404/76, o prazo de gestão do conselho de administração ou da diretoria se estende até a investidura dos novos administrados eleitos. Assim, Eduardo Soler Babot e Javier Alvarez Laorga permanecem no cargo até que novos conselheiros sejam eleitos ou estes sejam reeleitos.

Por sua vez, o Conselho Fiscal, instaurado nos termos do art. 161, § 2. da Lei. Nº 6.404/76 em 23 de abril de 2018, é composto por três membros efetivos e três suplentes, em caráter não-permanente nos casos previstos em lei. Os membros efetivos e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, com possibilidade de reeleição.

CONSELHO FISCAL			
Nome	Cargo	Data de Eleição	Prazo
Reinaldo Cardoso da Silveira	Presidente do Conselho Fiscal	23/04/2018	1 ano
Manoela Cristina Silva Almeida	Membro do Conselho Fiscal	23/04/2018	1 ano
Rosany Nunes de Mello Nascimento	Membro do Conselho Fiscal	23//04/2018	1 ano
Altafine Santos Dorea	Suplente do Conselho Fiscal	23/04/2018	1 ano
Madson dos Santos Nunes	Suplente do Conselho Fiscal	23/04/2018	1 ano
Raquel Barboza Vasconcelos Nunes	Suplente do Conselho Fiscal	23/04/2018	1 ano

ACE – Auditoria, *Compliance* e Ética

A companhia mantém, desde janeiro de 2017, o Programa de *Compliance*, com a finalidade de disseminar e incentivar a cultura de integridade e combate à corrupção, fraude e suborno em todo e qualquer relacionamento. Adicionalmente, potenciais riscos ao nome, imagem e reputação da Companhia são consideravelmente mitigados, além de promover o combate à corrupção no mundo corporativo.

Gestão de Pessoas

A Gestão de Talentos Humanos foi implantada em maio de 2015 na VIABAHIA, que tem como premissa desenvolver e promover o desempenho eficiente do seu efetivo, de modo que através da nossa empresa, as pessoas alcancem os seus objetivos individuais, relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. Desejamos que nossos colaboradores estejam realizados e satisfeitos no que fazem, almejem o desenvolvimento de carreira na organização, buscando o alinhamento de futuro de cada integrante ao futuro da empresa. Temos como diretrizes básicas o respeito, a valorização e reconhecimento das pessoas, assegurando a produtividade em níveis crescentes, mantendo um ambiente de trabalho que valorize a competência e estimule o autodesenvolvimento.

Uma boa gestão de pessoas é capaz de melhorar a qualidade de vida e produtividade dos funcionários, atendendo os anseios quanto à segurança e a preservação da saúde. Incentivamos que nossos talentos sejam considerados elementos importantes e estratégicos para a manutenção e crescimento da organização, investindo na retenção das nossas pessoas, pautando-se por princípios éticos e legais.

A Companhia trabalha continua e ativamente no desenvolvimento dos seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2018, ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Gestão de Riscos da ISO, Gestão de Projetos, Gestão de Conflitos, além dos treinamentos de Multiplicadores Internos, tais como Power BI, Excel Avançado, Motivação de Equipes e Direção Defensiva. Neste ano, foram realizados encontros para discussão de assuntos específicos das áreas, como os encontros de Engenharia e Operações.

Em junho aconteceu o 5º Encontro de Líderes da VIABAHIA, no Resort Costa do Sauípe, que teve como objetivo desenvolver nossos líderes em algumas competências comportamentais, tais como: Equilíbrio Emocional, Liderança Motivadora, Comprometimento, Planejamento e Organização. A ideia principal do encontro foi fazer com que os 48 participantes e colaboradores vivenciassem na prática essas competências sempre compartilhando e discutindo com os colegas de equipe, através de dinâmicas de grupo, atividades ao ar livre e provas de resistência.

Seguem abaixo os dados quantitativos de treinamentos:

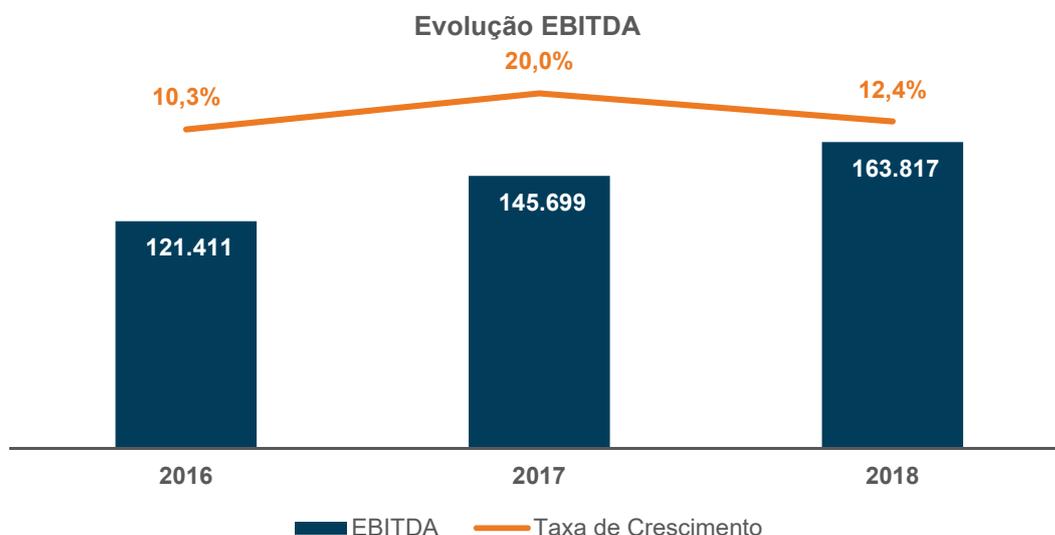
Treinamentos em Números	2016	2017	2018
Turmas	115	236	145
Horas de Treinamento	3.452,9	5.043,9	5.246
Participações	686	663	702
Horas Por Trabalhador	5,0	7,6	7,5

Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)	2016	2017	2018
Receita Operacional Bruta Incluindo a Receita de Construção (IFRS)	436.926	329.042	372.564
Receita Operacional Bruta excluindo a Receita de Construção (IFRS)	248.802	309.777	349.049
- Receitas com Pedágio (i)	245.896	306.823	346.035
- Receitas Acessórias	2.906	2.954	3.014
- Receita de Construção (IFRS)	188.124	19.265	23.515
Tributos sobre serviços da Operação	(21.666)	(26.960)	(30.376)
Receita Operacional Líquida excluindo a Receita de Construção (IFRS)	227.136	282.817	318.673
(+) Receita de Construção (IFRS)	188.124	19.265	23.515
Receita Operacional Líquida incluindo a Receita de Construção (IFRS)	415.260	302.082	342.188
Custos Operacionais	(335.135)	(233.385)	(271.056)
- Custos de Manutenção (ii)	(11.901)	(35.895)	(42.215)
- Provisão de Manutenção (ii)	-	(105)	54
- Custos de Operação (ii)	(63.052)	(65.509)	(71.591)
- Custos de Monitoração (ii)	(1.195)	(581)	(309)
- Custo de Construção (IFRS)	(184.436)	(18.887)	(23.053)
- Depreciação e Amortização	(74.552)	(112.408)	(133.942)
Lucro Bruto	80.125	68.697	71.132
- Despesas Administrativas e Outras (ii)	(29.578)	(35.133)	(41.462)
- Depreciação e Amortização	(1.051)	(981)	(970)
EBIT	49.496	32.583	28.700
(+) Depreciação e Amortização	75.603	113.389	134.912
EBTIDA	125.099	145.972	163.612
Ajustes	(3.688)	(273)	205
- Receita de Construção (IFRS)	(188.124)	(19.265)	(23.515)
- Custo de Construção (IFRS)	184.436	18.887	23.053
- Provisão de Manutenção	-	105	(54)
- Provisão Contingências	-	-	721
Valor EBITDA ajustado	121.411	145.699	163.817
<i>Margem do EBITDA ajustado</i>	<i>53,5%</i>	<i>51,5%</i>	<i>51,4%</i>
Resultado Financeiro Líquido (v)	(88.268)	(86.146)	(98.660)
Lucro (Prejuízo) Antes do IR e CS	(38.772)	(53.563)	(69.960)
Imposto de Renda/Contribuição Social Diferido e corrente	10.383	15.236	23.815
Lucro (Prejuízo) Líquido do período	(28.389)	(38.327)	(46.145)

- I. 12,8% de incremento na Receita Bruta 2018 comparada ao montante registrado em 2017, em função do reajuste na tarifa de pedágio em 13,3%.
- II. Custos e despesas apresentam evolução de 13,3% frente aos valores do ano anterior, impactado principalmente por um maior gasto na recuperação e manutenção de pavimento.
- III. Com a conclusão da Revisão Quinquenal e retomada de investimentos de maior magnitude, será possível otimizar os gastos com recuperação de pavimento num fator de 35% a 45%.
- IV. Resultado Operacional 12,4% acima daquele de 2017, resultado principal da evolução na receita de pedágio.
- V. Resultado financeiro dentro do esperado, considerando-se despesa financeira de R\$ 101,1 milhões, derivada do financiamento ativo, descontando-se R\$ 2,5 milhões de juros recebidos de aplicações financeiras.

- VI. Evolução de 20,4% no prejuízo líquido, de R\$ 38,3 milhões para R\$ 46,1 milhões, principalmente em função do resultado financeiro e atualização do critério de amortização.



Informações de Balanço (R\$ mil)	2016	2017	2018
a. Patrimônio Líquido	715.949	718.992	672.847
b. Ativo Total	2.073.693	2.214.487	2.190.530
c. Número de ações	635.121	635.121	635.121
d. Valor patrimonial da ação	1,13	1,13	1,06
e. Média ponderada de ações	608.034	621.559	635.121
f. Resultado líquido por ação (média ponderada)	(0,05)	(0,06)	(0,07)

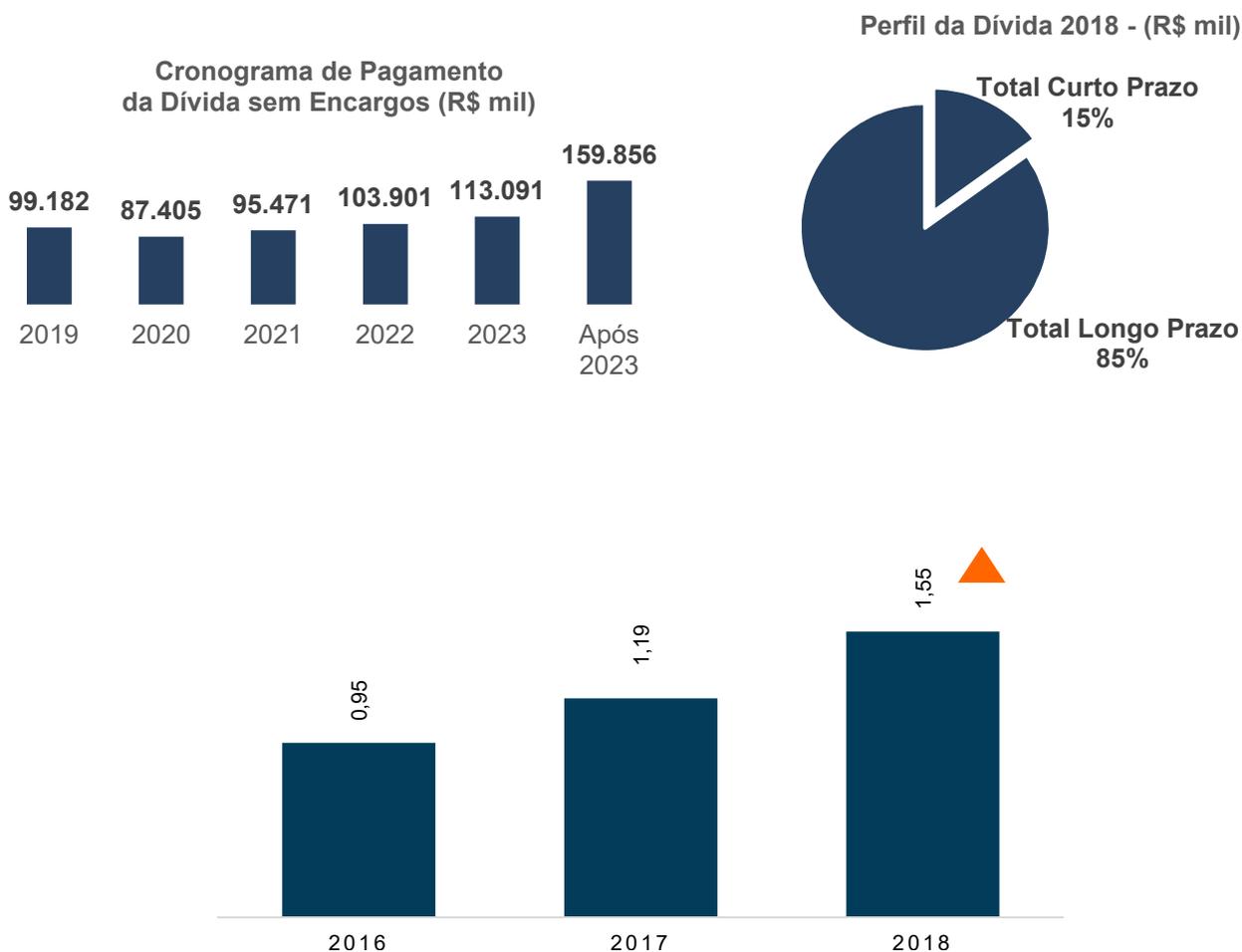
Investimentos

A Companhia iniciou em 2018 o 9º ano do seu contrato de concessão e, apesar da suspensão temporária dos desembolsos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos repassadores, vem realizando investimentos na recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvimento de projetos de ampliação e melhorias operacionais. O total investido até 31 de dezembro de 2018 é igual a R\$ 1.792 milhões, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e obras de duplicação na rodovia. A Concessionária está aguardando a conclusão do processo da Revisão Quinquenal, previsto para o primeiro semestre de 2019, através do qual será definido o novo plano operacional e de investimento, adaptado as reais necessidades dos usuários, para então retomar os investimentos. Em paralelo, o time da VIABAHIA já vem trabalhando junto a fornecedores, financeiros e não-financeiros, a elaboração de projetos, estudos, licenças e demais requerimentos à execução do novo plano de obras.

Endividamento

Condizente com outras empresas do setor, a Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Dez 2018
BNDES	TJLP + 2,16%	517.583
HAITONG	TJLP + 5,20%	53.407
Votorantim	TJLP + 5,55%	52.280
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	35.636
Total Saldo Dívida Financeira		658.906



O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela VIABAHIA. O índice em 2018 foi de 1,55x comparado a 1,19x de 2017. A melhora no indicador é decorrente do aumento das receitas operacionais e a suspensão do pagamento da prestação 4/12 do valor de principal do contrato, conforme acordo assinado em 9 de agosto de 2018, onde a Companhia celebrou, com o BNDES, Instrumento Particular de Acordo de Suspensão Temporária de Exercício de Direitos e Outras Avenças ("Standstill"), através do qual foi acordado a suspensão do pagamento das próximas 12 (doze) prestações do valor de principal do contrato de financiamento mantido entre a Companhia e o BNDES, no período compreendido entre 15/09/2018 e 15/08/2019.

Os valores referentes as prestações postergadas no período acima mencionado deverão ser liquidadas em 15/05/2020 pela VIABAHIA.

A Administração vem negociando com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$1.369,3 milhões, cujos desembolsos foram temporariamente suspensos em meados de 2016. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores, até 31 de dezembro 2018, totalizaram R\$ 847,2 milhões, dos quais 25,4% já foram amortizados. A Companhia está aguardando a conclusão do processo da Revisão

Quinquenal para junto com o BNDES ajustar à liberação de recursos para retomar investimentos de grande porte.

Sustentabilidade

Temos muito clara nossa missão de administrar a rodovia com responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades, com soma de valor para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Diante disso, a concessionária vem desenvolvendo projetos e ações que visam estimular a conscientização, participação e a educação dos usuários das rodovias e comunidades no entorno do trecho sob sua administração.

Desempenho Socioambiental

Semana Nacional de Trânsito

Na área de educação de trânsito em setembro 2018, foi realizada a Semana Nacional de Trânsito, a Concessionária, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), realizou ações educativas e de conscientização com mais de 400 pessoas que trafegam pelas rodovias administradas pela VIABAHIA.

Dando continuidade as ações em 30 de outubro a 06 de novembro de 2018, foi lançado o Programa **Transitando pela VIA**, uma equipe de educadores, juntamente com agentes especializados em trânsito, percorreu cinco municípios, em cinco centros educacionais nas cidades de Jequié, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Salvador e Candeias. Com ajuda dos professores e da diretoria das instituições, reuniram cerca de 600 estudantes entre 07 a 12 anos que receberam noções básicas de educação no trânsito, panfletos contendo dicas de segurança, vídeos educativos, divertidos jogos de trânsito e atividades lúdicas, todos participantes receberam kit com lanches e doces.

Visando despertar uma nova consciência em relação ao trânsito, esta ação objetiva conscientizar as crianças para um trânsito mais responsável, envolvendo alunos, escolas e agentes educadores de trânsito para que, juntos, possam educar para um comportamento prudente e mais cidadão.

Programa Ser Voluntário

A Companhia implantou em 2015 o Programa "Ser Voluntario", desenvolvido para que os colaboradores da VIABAHIA possam doar um pouco do seu tempo e habilidade às escolas próximas aos locais onde residam ou trabalham. É uma forma de contribuir para a educação do estado, explorando a vocação solidária e de ajuda ao próximo, inerente a todo o ser humano.

A campanha visa sensibilizar o público interno a se envolverem em ações sociais que dispõem de carência ou alguma necessidade de apoio de recursos envolvendo ações dos colaboradores. O serviço voluntário em instituições escolares se mantém onde os colaboradores podem realizar ações nas escolas de seus filhos ou em outra instituição de ensino a qual deseja colaborar.

Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental (PEA), visa estabelecer as diretrizes e o conteúdo a ser trabalhado pela VIABAHIA junto ao seu público-alvo, composto pelos grupos sociais das áreas de influência/lindeiras às rodovias administradas pela Concessionária, bem como por trabalhadores envolvidos no empreendimento (colaboradores internos e externos).

Na busca da mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente, esse formato de educação pode superar a simples aquisição de conhecimento e adicionar aos envolvidos valores, atitudes, comportamentos e habilidades.

Dia Mundial da Água

Em 22 de março de 2018, em comemoração ao Dia Mundial da Água, apresentou-se o Projeto “De Conto em Conto”, que levou cinema e conscientização socioambiental à 140 crianças da Escola Municipal Maria Rosa Freire, localizada no bairro da Palestina, em Salvador.

Logo após a apresentação, também foi realizada apresentação do Teatro de Fantoches que explica sobre os cuidados com a água, de forma educativa, lúdica e de fácil entendimento.

Dia Mundial do Meio Ambiente

Em 05 de junho de 2018, comemorou-se o Dia Mundial do Meio Ambiente, como forma de propagar e incentivar os cuidados com a flora e a fauna. A VIABAHIA, em parceria com o Núcleo de Ofiologia e Animais Peçonhentos da Bahia (NOAP) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o apoio da Secretaria de Educação de São Sebastião do Passé, realizou no dia 06, diversas atividades e interação com crianças na Escola Municipal Luis Viana Filho. O projeto envolveu 400 meninos e meninas conheceram de perto animais peçonhentos vivos como serpentes e aranhas. Também participaram de um teatro de fantoches, experimentos científicos, palestras educativas, além da exibição de vídeos com a temática do meio ambiente.

Dia da Árvore e da Defesa da Fauna

Em 21 setembro 2018, em parceria entre a VIABAHIA e a Comissão de Meio Ambiente do bairro “km 100” e a escola Municipal Eraldo Tinoco do município de Brejões, o objetivo dessa reunião foi a realização de ações em comemoração ao Dia da Árvore e Defesa da fauna, para 440 alunos do 6º ao 9º. As atividades iniciaram com realização de palestra sobre fauna e flora, bioma da região e efeitos causados pela ação antrópica no meio ambiente.

Após palestra, os alunos, o corpo docente e a Comissão de Meio Ambiente, foram levados através de ônibus oferecidos pelo município, para área de campo, onde puderam vivenciar os temas discutidos na palestra.

Ao final das atividades supracitadas, os alunos receberam 150 (cento e cinquenta) mudas de árvores nativas para recuperação da área do entorno do fragmento.

Saúde no trecho

Através de uma estratégia colaborativa, a VIABAHIA e a empresa VITALMED, em abril de 2018, implementaram o Projeto “Saúde no Trecho” que, durante o ano, percorreu cerca de 5.350 quilômetros em 26 municípios baianos, com mais de 1650 atendimentos, oferecendo a população consultas ambulatoriais com um Clínico Geral e uma equipe de enfermagem, de forma gratuita e humanizada.

Nesse período, houve um importante apoio e engajamento das prefeituras, através das suas secretarias municipais de saúde e educação que, além de oferecerem os espaços como escolas e centros de saúde, disponibilizaram efetivo humano, com médicos, equipes de enfermagem, psicólogos, assistentes sociais, dentistas, dentre outros profissionais. Através destes profissionais, a população pode atualizar os cartões de vacina, receber testes rápidos de hepatites, DSTs e dicas.

Para as crianças e adolescentes, a VIABAHIA apresentou a rotina diária no atendimento aos usuários das rodovias, através da demonstração dos equipamentos empregados nas ações, visita a Unidade de Resgate e simulações de ocorrências. Tudo seguido de explicações e orientações das equipes de resgate da Concessionária.

Via Saúde

A VIABAHIA, visando o bem-estar e a qualidade de vida dos seus colaboradores, lançou em 2018 o Programa VIA Saúde, um conjunto de ações que vão desde o incentivo à prática de esportes até a doação de sangue.

Na parte esportiva, a VIABAHIA celebrou parceria com a empresa TRIAÇÃO. A proposta é oferecer

aos colaboradores um estilo de vida mais saudável, possibilitando à Companhia uma melhoria dos índices de sinistralidade e produtividade. Os treinamentos ocorrem em dias e locais definidos e são compostos de corrida, caminhada, pedalada, natação, dentre outras modalidades. Todos os participantes têm acesso a material e estrutura para treinos e competições (água, frutas, isotônico, uniforme, cadeiras, mesas, barras de cereais), além de *staff* nos percursos, com pontos de apoio e hidratação

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2018 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A diretoria da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A, declara nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 28 de março de 2019

Diretoria

José Pedro Guerreiro Bartolomeu

Diretor Presidente

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos

Diretor Institucional de Desenvolvimento de Negócio

Conselho de Administração

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Presidente

Francisco Javier Alvarez Laorga
Conselheiro

Eduard Soler Babot
Conselheiro

Hederverton Andrade Santos
Conselheiro

José António Labarra Blanco
Conselheiro

Ana Lorente García-Barbón
Conselheira

Maria Esther Ayuso Gil
Conselheira



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Viabahia Concessionária Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Viabahia Concessionária Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



(a) Reconhecimento de receita de pedágio

Conforme nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a receita de pedágio da Companhia é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, o qual determina que a concessão tem por objeto a exploração da rodovia determinada no contrato com cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. Em virtude da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, no montante de R\$342.188 mil, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento, existem alguns riscos a serem endereçados, a saber: (i) o risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento; e (ii) o risco presumido de reconhecimento de receita sem que haja um racional ou uma justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas, considerando a natureza da receita, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita e revisão, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, dos controles automatizados dos sistemas relevantes.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de pedágio, entendemos que os critérios para o reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(b) Realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos

Conforme divulgado na nota explicativa no 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos ativos e passivos. Tais saldos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis e para créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O processo de avaliação da realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica e pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas.

Avaliamos se essas estimativas justificam uma expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais acumulados.

Deloitte.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos, que está consistente com a avaliação da Administração, entendemos que os critérios e as premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa no 14 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(c) Valor recuperável dos ativos - "impairment"

Conforme divulgado na nota explicativa no 9 às demonstrações financeiras, anualmente a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva que determine se algum ativo financeiro, ou grupo de ativos, não é recuperável. Devido à complexidade e à criticidade do processo de avaliação da Administração, que se baseia em diversas premissas, como a taxa de crescimento do volume de tráfego, percentual de reajuste tarifário, previsão de investimentos para recuperação, melhoramento e manutenção da rodovia, comportamento dos custos e despesas operacionais e a taxa de desconto dos fluxos de caixa projetados, que são afetadas pelas condições futuras esperadas de mercado ou econômicas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e a implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a análise do valor recuperável dos ativos; (ii) análise do teste do valor recuperável, preparado pela Administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em valor justo para analisar a razoabilidade do modelo utilizado, recálculo matemático dos fluxos de caixa descontado, o teste dos componentes da taxa de desconto, a taxa de crescimento do volume de tráfego, das receitas, dos custos e das despesas, o percentual de reajuste tarifário, a previsão de investimentos para recuperação, o melhoramento, a manutenção da rodovia e comportamento dos custos e despesas operacionais; (iii) análise retrospectiva dos investimentos realizados com as projeções de resultados futuros e uma análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas pela Administração; e (iv) exame da adequação das divulgações relacionadas ao teste do valor recuperável dos ativos da Companhia, incluída na nota explicativa no 9 às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação dos procedimentos adotados para elaboração do teste sobre eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável do ativo intangível, que está consistente com a avaliação da Administração, entendemos que os critérios e as premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa no 9 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(d) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

Conforme divulgado na nota explicativa no 12 às demonstrações financeiras, a Companhia registra em seu passivo circulante e não circulante, em contrapartida com ativo intangível, o valor de R\$793.615 referente à provisão para investimento em ampliação, o qual representa a melhor estimativa, a valor presente, dos gastos para as obras estabelecidas no Programa de Exploração da Rodovia ("PER") e no contrato de concessão da Companhia. Para o registro do valor, a Companhia utiliza julgamentos e estimativas que se baseiam no fluxo de obras a serem executadas e a taxa de desconto a valor presente, cujas especificidades, atreladas ao processo de estimativa dessa provisão, requerem significativo julgamento por parte da Administração na determinação das premissas, que incluem o período em que as obras serão executadas e a taxa de desconto a valor presente.

Deloitte.

Dessa forma, os procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) avaliação do desenho e a eficácia dos controles internos sobre a estimativa e contabilização da provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia; (i1) discussão das premissas utilizadas pela Administração para mensuração da provisão; (iii) recálculo da determinação da provisão registrada pela Companhia e confronto dos valores estimados para cada um de seus componentes significativos com informações de contratos de execução de serviços já em andamento, com as obrigações estabelecidas no contrato de concessão e no PER; (iv) análise das variações ocorridas entre os gastos previamente orçados e os realizados durante o exercício corrente; (v) avaliação da taxa de desconto utilizada para ajuste da provisão ao seu valor presente, com dados internos da Companhia e fontes comparáveis de mercado; e (vi) avaliação da adequação divulgação da Companhia sobre esse assunto.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação dos critérios adotados para a determinação da provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia, que está consistente com a avaliação da Administração, entendemos que os critérios e as premissas para o reconhecimento da provisão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa no 12 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Deloitte.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOH MATSU
Auditores Independentes
CRC no 2 SP 011609/0-8 "F" BA

Alex Andrade de Vaz da Silva
Contador
CRC no 1 B 16479/0-1 "T" SP

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.928	13.014	Fornecedores	10	40.755	40.419
Contas a receber	5	16.602	16.477	Empréstimos e financiamentos	11	66.959	36.314
Tributos a recuperar		2.025	2.056	Salários e encargos sociais		5.238	4.525
Despesas antecipadas	6	4.175	2.717	Tributos a recolher		4.392	3.491
Outros ativos		615	573	Verba de fiscalização	15	536	515
Total do ativo circulante		<u>67.345</u>	<u>34.837</u>	Parcelamento de dívidas com ANTT	13	23.170	9.628
NÃO CIRCULANTE				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	12	49.470	9.943
Depósitos judiciais		1.596	710	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	-	1.111
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	45.586	21.171	Outros passivos		15.150	15.025
Imobilizado	8	4.960	5.352	Total do passivo circulante		<u>205.670</u>	<u>120.971</u>
Intangível	9	2.071.043	2.152.417	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>2.123.185</u>	<u>2.179.650</u>	Empréstimos e financiamentos	11	557.371	630.924
				Parcelamento de dívidas com ANTT	13	8.425	9.672
				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	12	744.145	733.822
				Provisão para manutenção	24	52	106
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	2.020	-
				Total do passivo não circulante		<u>1.312.013</u>	<u>1.374.524</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
				Capital social		797.516	797.516
				Reservas de lucros		-	5.936
				Prejuízos acumulados		(124.669)	(84.460)
						<u>672.847</u>	<u>718.992</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.190.530</u>	<u>2.214.487</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO		<u>2.190.530</u>	<u>2.214.487</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o prejuízo básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA	17	342.188	302.082
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(271.056)	(233.385)
LUCRO BRUTO		71.132	68.697
Despesas gerais e administrativas	19	(41.642)	(35.025)
Honorário da administração	7	(920)	(1.104)
Outras receitas operacionais, líquidas		130	15
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		28.700	32.583
Receitas financeiras	20	2.520	4.942
Despesas financeiras	20	(101.180)	(91.088)
RESULTADO FINANCEIRO		(98.660)	(86.146)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(69.960)	(53.563)
Imposto de renda e contribuição social — correntes	21	(600)	-
Imposto de renda e contribuição social — diferidos	21	24.415	15.236
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(46.145)	(38.327)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$	22	(0,073)	(0,060)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(46.145)	(38.327)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(46.145)</u>	<u>(38.327)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital subscrito	Capital a realizar	Capital realizado	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		797.516	(41.370)	756.146	5.936	(46.133)	715.949
Aumento de capital	16 (a)		41.370	41.370		-	41.370
Prejuízo do exercício		-		-	-	(38.327)	(38.327)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		797.516	-	797.516	5.936	(84.460)	718.992
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(46.145)	(46.145)
Amortização de prejuízo com reservas		-	-	-	(5.936)	5.936	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		797.516	-	797.516	-	(124.669)	672.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(69.960)	(53.563)
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	8 e 9	132.399	113.389
Complemento (reversão) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	721	(262)
Provisão para manutenção	24	(54)	106
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11.4	61.718	68.224
Apropriação dos custos de transação	11.4	1.148	1.322
Ajuste a valor presente da provisão para investimento da rodovia	12, 20	31.367	17.338
Atualização e Multas ANTT	13	6.880	3.687
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	5	201	543
Baixa de ativo imobilizado	8	-	93
Baixa de ativo intangível	9, 18	2.513	-
Margem de lucro de construção	17	(462)	(378)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(326)	(2.178)
Tributos a recuperar		31	(663)
Despesas antecipadas		(1.458)	(26)
Outros ativos		(241)	475
Fornecedores		336	(55.593)
Salários e encargos sociais		713	(1.063)
Tributos a recolher		901	796
Outros passivos		5.268	7.253
Caixa gerado nas operações			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	11.4	(59.579)	(63.636)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(600)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>111.516</u>	<u>35.864</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	8	(820)	(531)
Aquisições de bens do ativo intangível	9, 27	(15.572)	(4.998)
Pagamento de investimentos realizados adquiridos em anos anteriores	9, 12	(18.250)	(11.605)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(34.642)</u>	<u>(17.134)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11.4	(45.960)	(58.756)
Aumento de capital	16 (a)	-	41.370
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(45.960)</u>	<u>(17.386)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>30.914</u>	<u>1.344</u>
Caixa e equivalentes de caixa no Início do exercício	4	13.014	11.670
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	43.928	13.014
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>30.914</u>	<u>1.344</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS		372.564	329.042
Receita de pedágio e acessórias		349.049	309.777
Receita de construção	17	23.515	19.265
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(132.603)	(114.030)
Custo do serviço de construção	18	(23.053)	(18.887)
Custo da concessão		(93.439)	(79.241)
Outras despesas		(16.111)	(15.902)
VALOR ADICIONADO BRUTO		239.961	215.012
Depreciação e amortização	8 e 9	(132.399)	(113.389)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		107.562	101.623
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	20	2.520	4.942
Outras receitas		130	15
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		110.212	106.580
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal		30.775	31.284
Remuneração direta		21.707	21.337
Benefícios		6.540	6.863
Despesas com desligamento		270	613
Honorários da administração	7	920	1.104
Encargos sociais (exceto INSS)		1.402	1.402
Outros		(64)	(35)
Impostos, taxas e contribuições		20.410	18.514
PIS/COFINS sobre faturamento		12.921	11.474
Imposto de renda e contribuição social		(16.532)	(15.236)
INSS (sobre folha de pagamento)		5.055	5.051
ISS sobre faturamento		17.455	15.487
Outros		1.511	1.738
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício		(46.145)	(38.327)
Remuneração de capitais de terceiros		105.172	95.109
Juros e variações cambiais	20	101.180	91.088
Alugueis		3.992	4.021
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		110.212	106.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede em Salvador, estado da Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116 Feira de Santana - Divisa BA/MG.
- BR-324 Salvador - Feira de Santana.
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528.
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu.

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- Obras iniciais: compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia até abril de 2010. Estas obras foram finalizadas e recebidas pela ANTT em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas.
- Recuperação: obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. O PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais.
- Duplicação condicionada: realização de obras de duplicação de pista em 13 (treze) sub-trechos da rodovia BR 116, que totalizam 441,6 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um Volume Médio Diário (“VMD”) por sub-trecho de 6.500 veículos, e a implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos em 3 (três) sub-trechos da rodovia BR 324, que totalizam 106,7 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um VMD por sub-trecho de 70.000 veículos.

- Obras obrigatórias: são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras.

Investimentos realizados

A Companhia iniciou em 2018 o 9º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2018 foi de R\$1.791.655, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

A Companhia estima em 31 de dezembro de 2018 que para cumprir com as obrigações conforme contrato de concessão necessita do montante de R\$793.615 (R\$743.871 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para em ampliação e renovação de rodovias, a valores atuais.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo revisados pelo menos anualmente. A Companhia vem negociando com o órgão regulador o prazo de execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio em sua revisão quinquenal, conforme descrito a seguir.

Revisão quinquenal

Em 22 de fevereiro de 2017, a ANTT comunicou, através do Ofício nº 096/2017/SUINF, a sua concordância com a abertura do processo da Revisão Quinquenal, prevista na cláusula 16.5 do Contrato de Concessão, que possibilita a reavaliação da Concessão em relação à sua compatibilidade com as reais necessidades advindas do Sistema Rodoviário e do cenário econômico.

Em 8 de junho de 2017, através da carta VB-GEC-0540/2017, foi apresentada à ANTT a primeira proposta da revisão quinquenal, e, em 21 de agosto de 2017, foi entregue a proposta final.

Assim, o referido processo encontra-se em andamento dentro da Agência, e a sua conclusão está prevista para o 1º semestre de 2019.

1.1. Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$138.325 (R\$86.134 em 31 de dezembro de 2017). Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases inicial e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos para ampliação e recuperação da rodovia, sendo a previsão de gastos para os próximos 12 meses estimada em R\$114.601, sendo R\$49.470 para obras de recuperação e R\$65.131 para demais obras de infraestrutura e conclusão de 13km de obra de duplicação na BR-116.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. A geração de caixa e os recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

A Administração está discutindo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2018 totalizaram o montante de R\$847.275. Não houve recebimento de recursos durante 2018.

Em 9 de agosto de 2018, a Companhia celebrou, com o BNDES, Instrumento Particular de Acordo de Suspensão Temporária de Exercício de Direitos e Outras Avenças (“Standstill”), através do qual foi acordado a suspensão do pagamento das próximas 12 (doze) prestações do valor de principal do contrato de financiamento mantido entre a Companhia e o BNDES, no período compreendido entre setembro de 2018 e agosto de 2019.

Os valores referentes as prestações postergadas no período acima mencionado deverão ser liquidadas em maio de 2020 pela Viabahia.

2. POLITICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, avaliação da provisão para investimentos pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2019.

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como as contas a receber, depósito judicial, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

(ii) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

(iii) Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes.

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

(a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo valor do custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

(c) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado

Os passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.1.3. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

2.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

2.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados

ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo a ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na nota explicativa nº 9.

2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.7. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

2.8. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

- A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação

das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.11. Reconhecimento de receita

No exercício corrente, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O pronunciamento técnico CPC 47 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas para abordar cenários específicos.

A adoção do pronunciamento técnico CPC 47 não teve um efeito relevante sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro da Companhia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A Companhia tem como principais receitas a receita de pedágio e a receita de construção. A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia não identificou impactos sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, em decorrência da adoção de alterações das normas que entraram em vigor pela primeira vez em 2018.

2.13. Normas e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas que não estavam em vigor até a data de emissão de demonstrações contábeis da Companhia, estão divulgados abaixo.

- (i) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil)

A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos

assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Viabahia está avaliando os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma. Essa avaliação foi segregada da seguinte forma: (i) levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transição; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e (iv) impactos da adoção inicial.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada e não exigirá a reapresentação dos valores, não impactará o patrimônio líquido e o cálculo de distribuição de juros sobre capital próprio e possibilitará a utilização de expedientes práticos.

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento correspondente ao total dos pagamentos futuros de arrendamento, nos quais consideraremos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia. Esses fluxos de pagamentos serão ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. A taxa real de desconto corresponde às cotações de mercado para captação que representam o total de investimentos, considerando o prazo remanescente de cada safra de contratos. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto real única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

Na avaliação inicial da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como custo passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização do valor monetário associado aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante conforme análises prévias.

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2019, espera um aumento no seu ativo decorrente do reconhecimento do direito de uso para cada contrato que se enquadre nas definições do CPC e respectivo aumento no passivo por conta das contraprestações. Nos primeiros anos, diminuição dos ativos líquidos e efeito temporal no lucro líquido. Ademais não se espera alteração no patrimônio líquido e nos tributos. Em 1º de janeiro de 2019, com base na melhor estimativa, a Administração da Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de R\$1.952.

- (ii) IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

b) Intangível - ICPC 01 - Contratos de concessão

A Companhia registra ativo intangível decorrente de contrato de concessão de acordo com a ICPC 01, o qual foi amortizado até 31 de março de 2017 de acordo com a curva de demanda de tráfego. No entanto, a partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas (definição da margem de lucro do serviço de construção e da taxa de desconto do fluxo de caixa dos investimentos), e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 4,12% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos a resultado, durante o período da concessão, será realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em outubro e ajustado quando necessário.

d) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das normas emitidas pela ANTT, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	9.396	8.979
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>34.532</u>	<u>4.035</u>
	<u>43.928</u>	<u>13.014</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") a percentuais que variam de 98% a 99% (99,5% a 100,5% em 2017).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. ("CGMP")	11.145	12.235
Visa vale pedágio	223	195
DBTRANS - vale-pedágio e AVI ("Automatic Vehicle Identification")	1.079	1.134
ConectCar	790	393
Move Mais	836	71
Outros (a)	3.810	3.529
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	<u>(1.281)</u>	<u>(1.080)</u>
	<u>16.602</u>	<u>16.477</u>

(a) Refere-se a contas a receber decorrentes de receitas provenientes de serviços acessórios ao do pedágio.

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$11.145 (R\$12.235 em 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") serão repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Provisão estimada para créditos em liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, considerando a composição das suas contas a receber em atraso e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(537)
Complemento de provisão	<u>(543)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.080)
Complemento de provisão	<u>(201)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>(1.281)</u></u>

6. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Seguros (i):	3.380	2.079
- Riscos de engenharia	111	148
- Responsabilidade civil	242	271
- Riscos nomeados e operacionais	2.466	899
Garantia de execução da obra	561	760
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	636	587
Outras despesas	<u>159</u>	<u>52</u>
	<u>4.175</u>	<u>2.717</u>

- (i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período.
- (ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

7. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$920 (2017 - R\$1.104), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

8. IMOBILIZADO

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2016									
Saldo inicial	1.568	2.389	386	1.069	12	41	184	100	5.749
Aquisições	102	47	115	42	-	-	-	225	531
Baixas	-	-	(2)	-	-	-	-	(91)	(93)
Depreciação	(67)	(369)	(145)	(200)	(7)	(8)	(39)	-	(835)
Saldo contábil, líquido	<u>1.603</u>	<u>2.067</u>	<u>354</u>	<u>911</u>	<u>5</u>	<u>33</u>	<u>145</u>	<u>234</u>	<u>5.352</u>
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	2.093	3.713	2.598	2.020	50	73	381	234	11.162
Depreciação acumulada	(490)	(1.646)	(2.244)	(1.109)	(45)	(40)	(236)	-	(5.810)
Saldo contábil, líquido	<u>1.603</u>	<u>2.067</u>	<u>354</u>	<u>911</u>	<u>5</u>	<u>33</u>	<u>145</u>	<u>234</u>	<u>5.352</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.603	2.067	354	911	5	33	145	234	5.352
Aquisições	-	209	477	12	-	-	-	122	820
Transferências/Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Depreciação	(188)	(382)	(167)	(202)	(2)	(8)	(38)	-	(987)
Saldo contábil, líquido	<u>1.415</u>	<u>1.894</u>	<u>664</u>	<u>721</u>	<u>3</u>	<u>25</u>	<u>107</u>	<u>131</u>	<u>4.960</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018									
Custo	2.093	3.922	3.075	2.032	50	73	381	131	11.757
Depreciação acumulada	(678)	(2.028)	(2.411)	(1.311)	(47)	(48)	(274)	-	(6.797)
Saldo contábil, líquido	<u>1.415</u>	<u>1.894</u>	<u>664</u>	<u>721</u>	<u>3</u>	<u>25</u>	<u>107</u>	<u>131</u>	<u>4.960</u>
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10		

9. INTANGÍVEL

	Construção da infraestrutura (i)				Intangível em formação (ii)	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Softwares		
<u>Saldo em 1º de janeiro de 2017</u>						
Saldo inicial	1.125.684	146.707	656.989	932	99.343	2.029.655
Adição	221.667	8.179	-	125	5.345	235.316
Transferências	3.427	-	85.484	-	(88.911)	-
Amortização	(65.302)	(7.726)	(39.075)	(451)	-	(112.554)
Saldo contábil, líquido	<u>1.285.476</u>	<u>147.160</u>	<u>703.398</u>	<u>606</u>	<u>15.777</u>	<u>2.152.417</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>						
Custo	1.486.919	169.818	819.478	3.857	15.777	2.495.849
Amortização acumulada	(201.443)	(22.658)	(116.080)	(3.251)	-	(343.432)
Saldo contábil, líquido	<u>1.285.476</u>	<u>147.160</u>	<u>703.398</u>	<u>606</u>	<u>15.777</u>	<u>2.152.417</u>
<u>Saldo em 1º de janeiro de 2018</u>						
Saldo inicial	1.285.476	147.160	703.398	606	15.777	2.152.417
Adição	16.519	9.536	10.676	418	15.402	52.551
Baixa	-	-	(2.513)	-	-	(2.513)
Transferências	-	-	13.541	-	(13.541)	-
Amortização	(78.454)	(9.000)	(43.667)	(291)	-	(131.412)
Saldo contábil, líquido	<u>1.223.541</u>	<u>147.696</u>	<u>681.435</u>	<u>733</u>	<u>17.638</u>	<u>2.071.043</u>
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2018</u>						
Custo	1.503.438	179.354	841.182	4.275	17.638	2.545.887
Amortização acumulada	(279.897)	(31.658)	(159.747)	(3.542)	-	(474.814)
Saldo contábil, líquido	<u>1.223.541</u>	<u>147.696</u>	<u>681.435</u>	<u>733</u>	<u>17.638</u>	<u>2.071.043</u>
Prazo remanescente de amortização (anos)	15	15	15	5	-	

(i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo da amortização do ativo intangível até 31 de março de 2017 era efetuado de acordo com a curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do término contratual.

(ii) Intangível em formação

Intangível em formação corresponde, basicamente, aos investimentos em duplicação de pista ainda não concluídos que representam potencial de geração de receita adicional através do incremento do tráfego. O prazo para conclusão está previsto para o final de 2019.

9.1. Movimentação das aquisições

Segue abaixo a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Investimentos realizados (nota explicativa nº 12)(*)	18.250	11.605
Adições ao intangível (nota explicativa nº 9)	52.551	235.316
Acréscimo da provisão (nota explicativa nº 12)	(36.733)	(228.362)
Capitalização de juros (nota explicativa nº 11.2)	(246)	(1.578)
Margem de construção (nota explicativa nº 17)	(462)	(378)
Total	<u><u>33.360</u></u>	<u><u>16.603</u></u>

(*) Trata-se de valores pagos, anteriormente tratados pela Companhia como transação não caixa (provisão para investimentos).

10. FORNECEDORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a pagar aos fornecedores (i)	34.965	31.631
Cauções contratuais (ii)	<u>5.790</u>	<u>8.788</u>
Total	<u><u>40.755</u></u>	<u><u>40.419</u></u>

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços administrativos e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação.
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Encargos	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2018	31/12/2017
BNDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	82.485	435.098	517.583	548.532
HAITONG (i)	TJLP + 5,2% a.a.	6.275	47.132	53.407	58.193
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	6.461	45.819	52.280	56.913
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	3.961	31.675	35.636	38.844
Subtotal		99.182	559.724	658.906	702.482
(-) Custos de transação (a)		(1.004)	(2.353)	(3.357)	(4.506)
(-) Títulos e valores mobiliários (b)		(31.219)	-	(31.219)	(30.738)
Total de empréstimos e financiamentos		<u><u>66.959</u></u>	<u><u>557.371</u></u>	<u><u>624.330</u></u>	<u><u>667.238</u></u>

- (i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$1.369.143. Até 31 de dezembro de 2018, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$847.275, com vencimento final em 2027.

(a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

(b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de "project finance" ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui reserva real mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$31.219 (R\$30.738 em 2017), remunerada de 98% a 99% do CDI, para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.

11.1. Principais compromissos assumidos ("Covenants")

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta.
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

11.2. Capitalização de juros

A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram adicionados ao intangível em formação juros no montante de R\$246 (2017 -R\$1.578).

11.3. Vencimento

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>
Até um ano	99.182
Acima de um ano e até dois anos	87.405
Acima de dois anos e até três anos	95.471
Acima de três anos e até quatro anos	103.901
Acima de quatro anos e até cinco anos	113.091
Mais de cinco anos	159.856
	<u><u>658.906</u></u>

11.4. Movimentação

A mutação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	24.977	693.286	718.263
Encargos - resultado	68.224	-	68.224
Encargos capitalizados	1.578	-	1.578
Transferências	63.645	(63.645)	-
Amortizações principal	(58.756)	-	(58.756)
Pagamentos de juros	(63.636)	-	(63.636)
(-) Amortização dos custos de transação	-	1.283	1.283
(+/-) Títulos e valores mobiliários	282	-	282
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>36.314</u>	<u>630.924</u>	<u>667.238</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	36.314	630.924	667.238
Encargos - resultado	61.718	-	61.718
Encargos capitalizados	246	-	246
Transferências	74.701	(74.701)	-
Amortizações principal	(45.960)	-	(45.960)
Pagamentos de juros	(59.579)	-	(59.579)
(-) Amortização dos custos de transação	-	1.148	1.148
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(481)	-	(481)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>66.659</u>	<u>557.371</u>	<u>624.330</u>

12. PROVISÃO PARA INVESTIMENTOS EM AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DA RODOVIA

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2025, prevê desembolsos de R\$793.615 (2017 - R\$743.765), sendo que R\$49.470 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2019. Essa provisão foi revista, porém a Companhia está aguardando o processo de Revisão Quinquenal, que está em análise na Agência Nacional de Transporte, conforme previsto na cláusula 16.5 do Contrato de Concessão, que possibilita a reavaliação da Concessão em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades advindas dos Sistema Rodoviário e cenário econômico, a qual está prevista para o 1º semestre de 2019 (conforme descrito na nota explicativa nº 1).

Seguem abaixo os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	743.765	509.670
Revisão orçamentária - (i)	36.733	228.362
Ajuste a valor presente	31.367	17.338
Investimentos realizados	(18.250)	(11.605)
Total	<u>793.615</u>	<u>743.765</u>
Circulante	49.470	9.943
Não circulante	744.145	733.822

- (i) Em outubro de 2018, a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados. A variação positiva identificada na provisão se deve principalmente à revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 e das BA-526 e BA-528, mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. Essa alteração foi considerada como uma mudança de estimativa do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia analisou os investimentos a serem realizados com base na Revisão Quinquenal, que está em análise na ANTT (conforme descrito na nota explicativa nº 1), reprogramando seus investimentos ao longo dos próximos anos de acordo com a sua expectativa de disponibilidade de caixa.

13. PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS COM ANTT

Em 2017, a Companhia tinha registrado oito processos passivos com probabilidade de perda provável, no valor nominal de R\$4.782. Adicionalmente em 2018, foram registrados 15 processos passivos com probabilidade de perda provável, no valor nominal de R\$7.283. Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela SELIC referente a essas infrações no passivo circulante.

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia decidiu aderir ao PRD – Programa de Regularização de Débitos Não Tributários, instituído pela Medida Provisória nº 780 de 19 de maio de 2017 e de acordo com a Resolução 5.386, de 12 de julho de 2017, foram incluídos os parcelamentos ordinários da Lei nº 11.941/09, com objetivo de aproveitar suas condições diferenciadas de pagamento e as reduções legais.

Com a adesão ao PRD os débitos parcelados foram divididos em 60 parcelas, com prazo de vencimento para novembro de 2022.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo dos parcelamentos no início do exercício		
Inclusão Débito	7.283	821
Atualizações e multas (i)	6.880	3.687
Pagamentos correntes	(1.868)	(2.125)
Reversão de Parcelamentos Lei nº 11.941/09	-	(11.049)
Adesão ao PRD Resolução nº 5.386, efeito líquido	-	6.941
Saldo dos parcelamentos no final do exercício	<u>31.595</u>	<u>19.300</u>
Circulante	23.170	9.628
Não circulante	8.425	9.672

- (i) Os valores dos juros e multas de mora, líquidos das reduções legais, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

Base	Saldo em 31/12/2017	Varição	Saldo em 31/12/2018
Margem de construção	(21.992)	932	(21.060)
Capitalização de juros	(20.029)	625	(19.404)
Ajuste encargos financeiros - apropriação AVP	36.622	10.665	47.287
Amortização do intangível provisionado	31.264	11.381	42.645
Diferença de taxa de amortização	(4.980)	407	(4.573)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(1.532)	391	(1.141)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	444	179	623
Provisão para manutenção	36	(18)	18
Outras provisões	1.338	(147)	1.191
	<u>21.171</u>	<u>24.415</u>	<u>45.586</u>

15. VERBAS DE FISCALIZAÇÃO E DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização em 2018 foi de R\$6.432, (2017 R\$6.055), sendo esse recolhimento efetuado mensalmente. A verba de fiscalização é reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$536 (2017- R\$515).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito será no montante anual de R\$1.403 reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O valor total do gasto relativo à verba para segurança no trânsito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.377 (2017- R\$1.313).

Os compromissos assumidos pela Companhia para pagamento das verbas de fiscalização e de segurança no trânsito até o final do prazo de concessão estão demonstrados a seguir.

	2018
Até um ano	7.835
Acima de um ano e até dois anos	7.835
Acima de dois anos e até três anos	7.835
Acima de três anos e até quatro anos	7.835
Acima de quatro anos e até cinco anos	7.835
Mais de cinco anos	84.225
	<u>123.400</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social integralizado no exercício findo em dezembro é de R\$797.516, e está representado por 635.121.768 ações ordinárias e sem valor nominal.

	2018		2017	
	Quantidade Integralizadas	%	Quantidade Integralizadas	%
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	601.504	94,71	601.504	94,71
Infravix Participações S.A.	33.617	5,29	33.617	5,29
	<u>635.121</u>	<u>100,00</u>	<u>635.121</u>	<u>100,00</u>

Durante o exercício de 2017, a acionista Roadis Participações na Viabahia Ltda., integralizou 41.370.000 ações ordinárias, através do aporte de recursos em espécie no montante de R\$41.370.

b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, através do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Em outubro de 2018, foi protocolado junto a SUDENE a extensão do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, passando de 2021 para 2028. Estamos aguardando a vistoria dos técnicos para o 2º trimestre de 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não gerou base de cálculo de incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas de pedágio:		
Numerários (i)	154.262	139.865
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	154.368	135.939
Visa Vale (iii)	22.911	18.215
DBTRANS (iii)	14.409	12.740
Sobras de arrecadação	85	64
	<u>346.035</u>	<u>306.823</u>
Receitas acessórias:		
Receitas extraordinárias	3.014	2.954
Receitas de construção:		
Obras de infraestrutura (iv)	23.515	19.265
(-) Tributos sobre serviços da operação	<u>(30.376)</u>	<u>(26.960)</u>
	<u><u>342.188</u></u>	<u><u>302.082</u></u>

(i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP e ConectCar).
- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas.
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de obras de infraestrutura	23.515	19.265
Custos de construção	<u>(23.053)</u>	<u>(18.887)</u>
	<u>462</u>	<u>378</u>

18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Custos de conservação</u>		
Custos com pessoal	(1.187)	(1.369)
Serviços de terceiros (i)	(38.831)	(32.901)
Material, equipamentos e veículos	(1.744)	(1.148)
Outros gastos conservação	(453)	(477)
Manutenção	54	(105)
	<u>(42.161)</u>	<u>(36.000)</u>
<u>Custos de operação</u>		
Custos com pessoal	(18.319)	(17.857)
Serviços de terceiros (i)	(26.339)	(25.032)
Material, equipamentos e veículos (i)	(12.933)	(9.500)
Verbas de fiscalização e de segurança do trânsito (nota explicativa nº 15)	(7.604)	(7.368)
Seguros	(3.166)	(2.698)
Baixa Intangível	(2.513)	-
Depreciação e amortização	(131.429)	(112.408)
Outros gastos operação	(3.230)	(3.054)
	<u>(205.533)</u>	<u>(177.917)</u>
<u>Custos de monitoramento</u>		
Serviços de terceiros	(309)	(581)
<u>Custos de construção</u>		
Custos dos serviços de construção (ii)	<u>(23.053)</u>	<u>(18.887)</u>
Total	<u>(271.056)</u>	<u>(233.385)</u>

- (i) Referem-se basicamente a materiais e serviços de reparo de rodovia, limpeza, vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia.
- (ii) Aumento em linha com a receita de construção do período, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, item iv.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços de terceiros (i)	(8.621)	(8.675)
Depreciação e amortização	(970)	(981)
Propaganda e publicidade	(898)	(788)
Material, equipamentos e veículos	(733)	(657)
Despesas com pessoal	(15.474)	(16.041)
Arrendamentos e aluguéis	(1.052)	(976)
Gastos com viagens	(924)	(1.084)
Energia, telefone e correspondências	(110)	(294)
Ressarcimento de danos aos usuários	-	(157)
Associação de classe	(232)	(174)
Editais e publicações	(251)	(257)
Despesas com contingências	(721)	37
Contribuição patronal	(4)	(122)
Impostos e taxas e cartório	(8.065)	(1.125)
Outras despesas gerais e administrativas	(3.587)	(3.731)
	<u>(41.642)</u>	<u>(35.025)</u>

(i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(61.718)	(68.224)
AVP sobre provisão para investimentos e manutenção	(31.367)	(17.338)
Apropriação dos custos de transação	(1.148)	(1.322)
Multas e juros de mora parcelamento	(6.880)	(3.687)
Outras	(67)	(517)
	<u>(101.180)</u>	<u>(91.088)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicação financeira	2.479	3.027
Juros ativos	5	17
Outras	36	1.898
	<u>2.520</u>	<u>4.942</u>
Resultado financeiro	<u>(98.660)</u>	<u>(86.146)</u>

21. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro é demonstrada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(69.960)	(53.563)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal de 34%	(23.786)	(18.211)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adições (exclusões) permanentes:		
(-) Incentivo PAT	(11)	-
Despesas não dedutíveis	377	371
Outras, líquidas	<u>(395)</u>	<u>2.604</u>
Imposto de renda e contribuição social apresentados no resultado	<u>(23.815)</u>	<u>(15.236)</u>

A composição da (receita) despesa de imposto de renda e contribuição social referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro encontra-se a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	600	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	<u>(24.415)</u>	<u>(15.236)</u>
Imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	<u>(23.815)</u>	<u>(15.236)</u>

22. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(46.145)	(38.327)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>635.121</u>	<u>621.559</u>
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,07)</u>	<u>(0,06)</u>

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E REGULATÓRIOS

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro 2016	668	705	1.373
Adições	170	-	170
(Reversão)	<u>(207)</u>	<u>(225)</u>	<u>(432)</u>
Saldos em 31 de dezembro 2017	<u>631</u>	<u>480</u>	<u>1.111</u>
Apresentado no-			
Circulante	631	480	1.111

	Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2017	631	480	1.111
Adições	-	790	790
(Reversão)	(68)	-	(68)
Atualização	187	-	187
Saldos em 31 de dezembro 2018	<u>750</u>	<u>1.270</u>	<u>2.020</u>
Apresentado no- Não circulante	750	1.270	2.020

	Depósitos judiciais			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro 2017	663	-	47	710
Adições	<u>252</u>	<u>9</u>	<u>625</u>	<u>886</u>
Saldos em 31 de dezembro 2018	<u>915</u>	<u>9</u>	<u>672</u>	<u>1.596</u>

- i. A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de probabilidade de perda provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais mantém provisão constituída em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$2.020 (R\$1.111 em 31 de dezembro 2017).

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de probabilidade de perda possível por seus advogados, no montante estimado de R\$85.162 (R\$81.271 em 31 de dezembro de 2017), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

- ii. Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui 112 (125 em 31 de dezembro de 2017) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$122.031 (R\$111.254 em 31 de dezembro de 2017) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas.

Adicionalmente, 39 ações (mesmo quantidade em 2017) foram ajuizadas na Justiça Federal do Distrito Federal contra a ANTT, objetivando a declaração, pelo Poder Judiciário, da nulidade de 47 autuações (mesma quantidade em 2017), que somam R\$24.986 (R\$24.986 em 31 de dezembro de 2017).

As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária ("PER").
- Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva.
- Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.
- Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, no qual solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até 31 de dezembro 2018, foram arquivados e deferidos em favor da Companhia 61 processos (2017 - 57), no montante total de R\$47.109 (R\$46.697 em 2017).

A Administração da Companhia conforme divulgado na nota explicativa nº 1, está discutindo com a ANTT a revisão Quinquenal do Contrato de Concessão que inclui também os autos e notificações referentes a aplicação de penalidades pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER e não espera incorrer em perdas relevantes como resultado desta revisão.

Em abril de 2017, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados, nos anos de 2012 a 2013 para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$16.575.

Em 8 de novembro de 2017, foram julgados improcedentes as impugnações apresentadas pela Companhia, tendo em vista a avaliação de nossos consultores como possível em 4 de dezembro 2017, foi protocolado o recurso voluntário junto ao CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como “possível” a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

24. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrerão a partir de 2023.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue.

	<u>31/12/2017</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para manutenção	105	(54)	51
Encargos financeiros (i)	<u>1</u>	<u>(-)</u>	<u>1</u>
	<u>106</u>	<u>(54)</u>	<u>52</u>

(i) Refere-se à recomposição do passivo ajustado a valor presente.

25. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de *benchmark* de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na nota explicativa nº 1.2.

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados abaixo:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(45.575)	(57.197)	(68.636)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	4.274	3.205	2.137

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados acima podem ser observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	6,98%	8,73%	10,47%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	6,50%	4,88%	3,25%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

g) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros não mensurados a valor justo. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2018	2017
<u>Ativos financeiros</u>		
Avaliados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	43.928	13.014
Contas a receber	16.602	16.477
Aplicações financeiras restritas	31.219	30.738
Total dos ativos financeiros	<u>91.749</u>	<u>60.229</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Avaliados ao custo amortizado:		
Empréstimos e financiamentos	655.549	697.976
Fornecedores	40.755	40.419
Outras contas a pagar	15.150	15.025
Total	<u>711.454</u>	<u>753.420</u>

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017 pode ser assim sumariado:

	2018	2017
Total dos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11)	624.330	667.238
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	(43.928)	(13.014)
Dívida líquida	580.402	654.224
Total do patrimônio líquido	<u>672.847</u>	<u>718.992</u>
	<u>0,86</u>	<u>0,91</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de concessão pública de rodovias.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimentos não envolvendo caixa, portanto esta não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Revisão da provisão para investimentos em ampliação com redução no montante de 36.733 (2017, R\$ 228.262) – ver notas explicativas nºs 9 e 12;
- Juros capitalizados no montante de R\$ 246 (2017, R\$ 1.578), – ver notas explicativas nºs 9 e 11.2.

28. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos cobertos	Bens segurados	Montante cobertura	Vencimento
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	83.000	Setembro/2019
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	120.000	Setembro/2019
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infraestrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	155.423	Outubro/2019
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/2019
Responsabilidade civil	Reparações danos materiais e/ou corpóreos	22.500	Setembro/2019

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- Seguros contra danos materiais - cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão.
 - Garantia de execução - seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações.
 - Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.
 - Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.
 - Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais relativos ao escritório sede, localizado na Rua Jacaratiá, nº 106 - Caminho das Árvores, Salvador-Bahia.
 - Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais e produtos relativos a máquinas e equipamentos, tratores, retroescavadeiras, roçadeiras e caminhões.
-

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração de Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos contábeis e societários refletem adequadamente os aspectos relevantes da situação patrimonial e financeira da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., e à vista do Relatório dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu, emitido sem qualquer ressalva em nesta data, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos examinados a serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Salvador, 28 de março de 2019.

Reinaldo Cardoso da Silveira

Conselheiro

Manoela Cristina Silva Almeida

Conselheira

Rosany Nunes de Mello Nascimento

Conselheira